Superior Tribunal de Justiça
DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
Edição nº 2616 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019 Publicação: Sexta-feira, 22 de Fevereiro de 2019

RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.747 - PR (2016/0031546-9)

RELATOR	**:**	**MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE	:	CARLOS MARCOLA
ADVOGADOS	:	LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS E OUTRO(S) - PR008123
		SANDRO RAFAEL BONATTO E OUTRO(S) - PR022788
RECORRIDO	:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS	:	SERGIO LUIZ GUIMARÃES FARIAS - DF008540
		WILSON DE SOUZA MALCHER E OUTRO(S) - RS076395B
		MARCELA PORTELA NUNES BRAGA E OUTRO(S) - DF029929
RECORRIDO	:	SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO	:	REINALDO MIRICO ARONIS - PR035137
INTERES.	:	UNIÃO
INTERES.	:	ADEMAR COSTA FUENTES E OUTROS
ADVOGADO	:	JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO E OUTRO(S) - PR040357

DECISÃO

Vistos, etc.

No presente feito, discute-se a existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal – CEF para ingressar na lide que versa sobre cobertura securitária baseada em contrato de financiamento amparado pelo Sistema Financeiro da Habitação, no qual haja potencial comprometimento do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, questão que teve reconhecida a sua repercussão geral pelo Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário n. 827.996/PR.

Devolvam-se os autos ao Tribunal de origem para "a) na hipótese de a decisão recorrida coincidir com a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou b) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou c) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça" (AgInt no REsp 1.640.153/RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 23/10/2018, DJe 29/10/2018).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator